



**ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS**

**CAP INT RÚBEN FERREIRA VALENTE**

**A IMPORTÂNCIA DA DEFESA AO LONGO DA HISTÓRIA DO BRASIL:  
A ATUAÇÃO DO DUQUE DE CAXIAS NA MANUTENÇÃO DA INTEGRIDADE  
DO TERRITÓRIO NACIONAL.**

**Rio de Janeiro  
2019**



**ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS**

**CAP INT RÚBEN FERREIRA VALENTE**

**A IMPORTÂNCIA DA DEFESA AO LONGO DA HISTÓRIA DO BRASIL:  
A ATUAÇÃO DO DUQUE DE CAXIAS NA MANUTENÇÃO DA INTEGRIDADE DO  
TERRITÓRIO NACIONAL.**

Trabalho acadêmico apresentado à  
Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais,  
como requisito para a especialização  
em Ciências Militares com ênfase em  
História Militar.

**Rio de Janeiro  
2019**



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
DECEX - DESMIL  
ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS  
(EsAO/1919)**

**DIVISÃO DE ENSINO / SEÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

Autor: **Cap Int RÚBEN FERREIRA VALENTE**

Título: **A IMPORTÂNCIA DA DEFESA AO LONGO DA HISTÓRIA DO BRASIL:  
A ATUAÇÃO DO DUQUE DE CAXIAS NA MANUTENÇÃO DA  
INTEGRIDADE DO TERRITÓRIO NACIONAL**

Trabalho Acadêmico, apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, como requisito parcial para a obtenção da especialização em Ciências Militares, com ênfase em História Militar.

APROVADO EM \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ CONCEITO: \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

<b>Membro</b>	<b>Menção Atribuída</b>
<b>CHARLES DAVIDSON SOARES BITENCOURT- Maj</b> Cmt Curso e Presidente da Comissão	
<b>ANDERSON JOSÉ SOARES DE LIMA - Cap</b> 1º Membro e Orientador	
<b>LEONARDO DA SILVA LIMA - Cap</b> 2º Membro	

**RÚBEN FERREIRA VALENTE – Cap**  
Aluno

# **A IMPORTÂNCIA DA DEFESA AO LONGO DA HISTÓRIA DO BRASIL: A ATUAÇÃO DO DUQUE DE CAXIAS NA MANUTENÇÃO DA INTEGRIDADE DO TERRITÓRIO NACIONAL.**

Rúben Ferreira Valente\*  
Anderson José Soares de Lima\*\*

## **RESUMO**

Este estudo tem como objetivo analisar as ações de Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, na pacificação das revoltas ocorridas no período regencial (1831-1840) a fim de se concluir sobre sua influência na manutenção da integridade do território nacional. Buscou-se compreender o contexto histórico que antecedeu o período regencial com a finalidade de se obter uma percepção mais próxima da realidade daquela época. Caxias teve atuação decisiva para debelar diversas insurreições ocorridas no Brasil, destacando-se a Balaiada e a Revolução Farroupilha. Como presidente e comandante das armas das províncias do Maranhão e do Rio Grande do Sul, organizou as tropas do exército imperial executando um minucioso planejamento capaz de desarticular os rebeldes. Seu grande diferencial foi entender que os rebeldes não eram inimigos e lutavam por ideias legítimas. Dessa forma, considerando todos como brasileiros, conseguiu encontrar soluções adequadas para pôr fim as revoltas. A personalidade, características militares e seus grandes feitos fizeram Caxias ser escolhido como patrono do Exército Brasileiro.

**Palavras-chave:** Duque de Caxias. Período Regencial. Revoltas. Pacificação.

## **ABSTRACT**

This study aims to analyze the actions of Luiz Alves de Lima e Silva, the Duke of Caxias, in pacifying the revolts that occurred in the Regency period (1831-1840) in order to conclude on their influence on the maintenance of the integrity of the national territory. We sought to understand the historical context that preceded the regency period in order to obtain a closer perception of the reality of that time. Caxias played a decisive role in overcoming various insurrections in Brazil, especially the Balaiada and the Farroupilha Revolution. As president and commander of arms of the provinces of Maranhão and Rio Grande do Sul, he organized the troops of the imperial army carrying out a thorough planning capable of disarticulating the rebels. Its great differential was to understand that the rebels were not enemies and fought for legitimate ideas. Thus, considering everyone as Brazilian, he was able to find adequate solutions to end the revolts. The personality, military characteristics and his great deeds made Caxias chosen as patron of the Brazilian Army.

**Keywords:** Duke of Caxias. Regency Period. Revolts. Pacification.

---

\* Capitão do Serviço de Intendência. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 2010.

\*\* Capitão do Serviço de Intendência. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 2005. Pós-Graduado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) em 2014.

## 1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um país de dimensões continentais, possuidor da quinta maior população do planeta, detentor de uma assombrosa biodiversidade e extensos recursos minerais e ainda figura no cenário internacional como uma das maiores economias do mundo. Todo esse valioso patrimônio demanda defesa.

Segundo a Política Nacional de Defesa, o Estado tem como pressupostos básicos território, povo, leis e governo próprios e independência nas relações externas. Ele detém o monopólio legítimo dos meios de coerção para fazer valer a lei e a ordem, estabelecidas democraticamente, provendo, também, a segurança (PND, 2012).

A Defesa Nacional, é caracterizada na Política Nacional de Defesa como “o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas” (PND, 2012, p. 2).

A história nos permite afirmar que o Brasil atravessa um longo período livre de conflitos que tenham afetado diretamente o território e a soberania nacional, “a percepção das ameaças está desvanecida para muitos brasileiros” (PND, 2012, p. 1).

No entanto, para se chegar ao nível de excelência que encontramos hoje, a mentalidade de defesa se fez presente, tempestiva e oportunamente, em diversos momentos cruciais na História do Brasil. Fator determinante para a consolidação e manutenção da integridade do território nacional.

Neste escopo, merece destaque a atuação de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias que recebeu a alcunha de “O Pacificador” devido as suas preciosas intervenções no quadro das lutas internas do período monárquico que se estendeu de 1808 a 1889 com a Proclamação da República.

Neste quase um século de Monarquia no Brasil, regime a que muito se deve a preservação da Unidade Nacional, ocorreram diversas lutas internas que foram conjuradas, preservando-se assim a Unidade do Brasil. Lutas que ameaçaram a transformar o País, quando dava seus primeiros e sofridos passos como nação independente, numa colcha de retalhos e, em especial as que eclodiram no período Regência onde Caxias se consagraria popularmente como O Pacificador. (BENTO, 2003, p. 229).

## 1.1 PROBLEMA

Atualmente, observa-se que o Brasil possui uma estrutura de defesa adequada que garante maior estabilidade ao país e promove um ambiente propício ao desenvolvimento da nação.

Este panorama atual é produto de um extenso processo desenvolvido ao longo da história do Brasil. No sentido de orientar a pesquisa e atingir os objetivos propostos, foi formulado o seguinte problema:

Por que a atuação de Caxias no período regencial pode ser considerada crucial para a manutenção da integridade do território nacional?

## 1.2 OBJETIVOS

A fim de determinar a importância da atuação do Duque de Caxias na manutenção do território nacional, o presente estudo pretende analisar o contexto do início do período monárquico ao fim da regência no Brasil de maneira que se tenha uma real dimensão a respeito das decisões e medidas tomadas a favor da unidade nacional.

Para viabilizar a consecução do objetivo geral de estudo, foram formulados os objetivos específicos, abaixo relacionados, que permitiram o encadeamento lógico do raciocínio descritivo apresentado neste estudo:

- a) Lembrar as causas da vinda da corte portuguesa para o Brasil em 1808 dentro do contexto da emancipação política do Brasil;
- b) Identificar as mudanças ocorridas no Brasil durante o governo joanino nos campos político, econômico e social;
- c) Descrever a reação brasileira diante a pretensão recolonizadora das cortes portuguesas;
- d) Compreender a violência social que marcou o período regencial;
- e) Comparar as principais lutas internas que ocorreram no Brasil no período regencial pacificadas por Caxias.

## 2 METODOLOGIA

Para colher subsídios que permitissem formular uma possível solução para o problema, o delineamento desta pesquisa contemplou primordialmente a leitura analítica.

Quanto à forma de abordagem do problema, utilizaram-se, principalmente, os conceitos de pesquisa qualitativa.

Quanto ao objetivo geral, foi empregada a modalidade explicativa, tendo em vista a identificação dos fatores que determinaram e contribuíram para a ocorrência do tema.

## 2.1 REVISÃO DE LITERATURA

Iniciamos o delineamento da pesquisa com a definição de termos e conceitos, a fim de viabilizar a solução do problema de pesquisa, sendo baseada em uma revisão de literatura no período de 1959 a 2012. Essa delimitação baseou-se na necessidade de buscar um espaço de tempo considerável a fim de se encontrar diversas linhas de pensamento sobre o tema e atingirmos o pluralismo de ideias.

Foram consultadas obras de consagrados autores nacionais que discorrem sobre o tema com notado saber.

Foram utilizadas as palavras-chave Duque de Caxias, período regencial, revoltas e pacificação na base de dados RedeBIE, em sítios eletrônicos de procura na internet, biblioteca de monografias da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), sendo selecionados apenas os artigos considerados mais relevantes para o tema. O sistema de busca foi complementado pela coleta manual de revistas militares do Exército Brasileiro e pesquisa na biblioteca da EsAO.

## 2.2 COLETA DE DADOS

Na sequência do aprofundamento teórico a respeito do assunto, o delineamento da pesquisa contemplou a coleta de dados pelo seguinte meio: pesquisa bibliográfica.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A vinda da família real portuguesa para o Brasil em 1808 marcou o início de uma nova dinâmica para a colônia. As consequências advindas dessa mudança convergiram para a emancipação política do país com a Independência do Brasil proclamando D. Pedro I como Imperador.

O período regencial está compreendido entre a abdicação de D. Pedro I (1831) e a declaração de maioridade de D. Pedro II (1840). A constituição brasileira à época, previa que nesse período o país fosse governado por regentes.

A abdicação de D. Pedro I, a 7 de abril de 1831, consolidou a independência e abriu caminho para uma espécie de primeira experiência republicana no Brasil; isto porque, durante o período regencial, os ocupantes do Poder Executivo passaram a ser eleitos. Foi também um momento em que as camadas populares tentaram participar da vida política do país, reivindicando democracia e descentralização administrativa, através de múltiplas rebeliões. (CAMPOS, 1991, p. 109)

Neste contexto, a falta de um governo forte, a perda de uma ideia de legitimidade presente durante o período de D. Pedro I, o sofrimento da população por falta de recursos básicos, as dificuldades econômicas e o aumento dos impostos formaram um cenário ideal para a eclosão de revoltas.

A agitação social e política iria agravar-se e resultava principalmente da crise econômica. O café não era ainda a grande riqueza e as exportações tradicionais, açúcar, algodão e fumo, continuavam em declínio. O crescente endividamento externo contribuía para a desvalorização da moeda e para o aumento de impostos cobrados pelo governo central. (CAMPOS, 1991, p. 110)

Assim, durante esse conturbado momento da história do Brasil, a atuação do Duque de Caxias revelou-se importantíssima na pacificação das rebeliões e na contribuição para o progresso da Nação.

A pacificação de espírito dos brasileiros rebelados no Maranhão, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, se deveu a inteligência e a disciplina ao patriotismo e a diplomacia, a formação militar e as qualidades administrativas do ínclito militar.

Desarmando os espíritos trêfegos, possibilitou a unidade pátria e pacificou o país restabelecendo a tranquilidade necessária a vida da Nação, que, para gáudio nosso, ainda perdura, graças ao patriotismo dos nossos governantes. (PILLAR, 1966, p. 20)

### 3.1 A VINDA DA CORTE PORTUGUESA PARA O BRASIL

A crise do antigo sistema colonial foi a grande responsável por causar a independência do continente americano. Não diferente, no Brasil, o desenvolvimento



da colônia e o surgimento de novas camadas na sociedade contribuíram para a sua emancipação política.

No início do século XIX, França e Inglaterra concorriam pelos mercados consumidores do mundo. Um conflito entre ambos seria inevitável, soma-se, ainda, o fato da revolução industrial ter acirrado as disputas entre as duas potências.

A França, governada por Napoleão Bonaparte, não logrou êxito em obter domínio sobre os mares face a poderosa marinha inglesa que se sagrou vitoriosa na Batalha de Trafalgar, em 1805.

Ciente da impossibilidade de conquistar a Inglaterra, Napoleão Bonaparte tentou atingi-la na esfera econômica quando decretou o Bloqueio Continental em 1806. Esta medida visava impedir que a Inglaterra estabelecesse relações comerciais com os países do continente europeu, fechando os portos da Europa à Inglaterra.

Neste contexto, Portugal, que era tradicionalmente condicionado ao capital inglês, se viu em situação delicadíssima. Não podia impedir os navios ingleses de chegar aos seus portos e, por outro lado, arriscava-se ao desobedecer ao Bloqueio Continental o que poderia significar uma invasão do país por Napoleão Bonaparte.

Assim, com a iminente invasão de Portugal pela França, D. João que assumiu o trono como príncipe regente, se viu forçado a escapar com toda a corte portuguesa para o Brasil com ajuda da Inglaterra.

No início do século XIX, as condições para emancipação brasileira estavam maduras e foram precipitadas pela conjuntura criada pelas guerras napoleônicas e pela revolução industrial inglesa. Com a invasão de Portugal, a sede do reino transferiu-se para o Brasil, suprimindo-se a situação colonial, que não foi possível restaurar quando D. João retornou ao território português. (CAMPOS, 1991, p. 87)

### 3.2 O PERÍODO JOANINO NO BRASIL

Com a vinda da família real portuguesa ao Brasil, as mudanças políticas e econômicas seriam inevitáveis. A primeira delas foi a abertura dos portos brasileiros às nações amigas, estabelecida por decreto assinado por D. João VI em 1808. Esta medida deu fim ao longo período de pacto colonial onde imperava o monopólio do comércio da colônia.

Da abertura dos portos às nações amigas em 1808, até 1814, ano em que o governo joanino determinou a plena liberdade dos portos brasileiros ao comércio internacional, a Inglaterra gozou da quase exclusividade sobre o comércio do Brasil, já que era a maior nação industrial e naval do mundo.

Nenhuma nação amiga tinha condição de competir com ela na disputa da supremacia do comércio brasileiro. (SILVA, 2002, p.113)

Além da abertura dos portos, claro indício de dependência econômica em relação à Inglaterra, ainda foram assinados o Tratado de Comércio e Navegação e o de Aliança e Amizade, ambos em 1810, que concediam amplos privilégios aos britânicos. “Os tratados de 1810 beneficiavam a mais poderosa nação industrial do mundo e foram um dos fatores que impediram o desenvolvimento da indústria no Brasil” (CAMPOS, 1991, p. 90).

A administração joanina deu grande impulso a gênese do Estado brasileiro. Diversos órgãos públicos que funcionavam em Portugal foram transferidos para a colônia. Algumas instituições relevantes foram criadas nesse período como o Banco do Brasil, a Casa da Moeda e a Biblioteca Pública, por exemplo.

Porém, a máquina pública administrativa teve um crescimento desnecessário que tinha como finalidade empregar numerosos abrigados do poder real.

O Brasil tinha que continuar sustentando essa camarilha de corruptos insaciáveis. D. João VI deu a esses seus apaniguados o comando dos serviços públicos em diferentes repartições, muitas delas desnecessárias e inúteis. O estado era governado por ineptos e a emperrada administração pública se caracterizava pela incompetência, pela inoperância, pelos entraves burocráticos, pela corrupção e roubo. Enfim, pela má utilização do dinheiro público. (SILVA, 2002, p.115)

O aumento dos impostos era constante e foi utilizado para compensar os gastos com a máquina pública. Este foi um fator preponderante para eclosão de protestos e o desencadeamento de um movimento armado em 1817, a Revolução Pernambucana. “A revolução desencadeada em Pernambuco mostrou que os limites da política joanina tenderiam a ser rompidos pelos brasileiros nos próximos anos. ” (CAMPOS, 1991, p. 90).

### 3.3 A PRETENSÃO RECOLONIZADORA DAS CORTES PORTUGUESAS

A economia de Portugal estava devastada tendo em vista os gastos com as guerras e a perda do monopólio colonial do Brasil. A burguesia portuguesa era a mais molestada e como resposta passou a conjurar e difundir as ideias do liberalismo político no país. Este movimento culminou com a eclosão da Revolução do Porto que

se espalhou rapidamente por todo território português e logrou êxito em seus objetivos. A revolução do Porto terminou por antecipar a independência do Brasil.

Os reflexos no Brasil foram sentidos rapidamente com o desencadeamento de agitações de apoio ao liberalismo que já havia sido vitorioso em Portugal. A revolução portuguesa encontrou grande adesão em terras brasileiras.

Em abril de 1821, D. João VI regressou a Portugal admitindo seu filho D. Pedro no governo do Brasil como regente. A partida de D. João VI deixou evidente as contradições entre Brasil e Portugal. Enquanto as cortes portuguesas defendiam o liberalismo da antiga metrópole, pretendiam recolonizar o Brasil a fim de restabelecer o pacto colonial na tentativa de aquecer a economia e superar a crise.

Em 1822, deu-se um novo e decisivo passo para consolidar a independência do Brasil, que, a rigor, realizara-se em 1808, com as medidas que suprimiam a política do pacto colonial. Entre os anos de 1820 e 1822, as lutas dos brasileiros resultaram em grande parte, das tentativas de recolonização que emanavam de Portugal. (CAMPOS, 1991, p. 93)

A pressão das cortes portuguesas para que D. Pedro retornasse à Portugal era grande. Em janeiro de 1822 foi levado ao príncipe regente um manifesto com 8 mil assinaturas pedindo sua permanência no Brasil. A resposta de D. Pedro marcou a história do Brasil como o Dia do Fico.

A decisão de permanecer no Brasil, gerou reflexos negativos na antiga metrópole. As cortes declararam ilegal o governo do príncipe e exigiram seu retorno imediato a Portugal.

Foram atitudes como essas que conduziram ao gesto exasperado em 7 de setembro de 1822, antes que “algum aventureiro” o fizesse. Realizou-se a independência com reduzida participação das classes populares, sob a liderança do príncipe português e do Partido Brasileiro, que ocupava o ministério. A classe dos grandes senhores de terras e escravos, instalada no poder, manteria durante muito tempo controle político da jovem nação. (CAMPOS, 1991, p. 97)

### 3.4 A VIOLÊNCIA SOCIAL DO PERÍODO REGENCIAL

O período regencial foi caracterizado intensamente pela violência social. Foram misturas de desordens políticas entre as camadas dominantes por disputa de poder e lutas reivindicatórias das classes mais pobres da sociedade. O período foi marcado por uma profunda agitação social e política.



Movimentos sociais no período Regencial.

**Figura 1 - Revoltas Regenciais**

Fonte: Website da MultiRio

Movida pelo grave colapso econômico-financeiro, as lutas políticas eclodiram na segunda metade do período regencial, uma vez que a nata exportadora cobrava uma maior independência econômica e política em relação ao governo principal. Acreditava-se que assim as dificuldades afetas àquelas regiões seriam mais facilmente resolvidas.

Utilizadas como massa de apoio pela aristocracia, as camadas populares passam a desvincular-se da liderança inicial da elite e explodem em verdadeiras revoltas sociais contra a escravidão e o latifúndio gerador de fome e miséria social. A característica comum entre os movimentos revolucionários da Regência é que todos eles se iniciaram sob a liderança da elite local. Entretanto, como a liderança aristocrata não atendia às reivindicações da massa, esta partiu para sua própria luta. (SILVA, 2002, p.136)

Em quase todos os movimentos, a rebelião era contra a prepotência do mando das oligarquias dominantes que, aliadas ao governo centralizador do Rio de Janeiro, sufocavam as províncias com impostos, leis arbitrárias e governantes impopulares. Outro fator de importância foi o aumento do custo

de vida para além do suportável, por causa da estagnação econômica. (CAMPOS, 1991, p. 112)

### 3.5 AS REBELIÕES PROVINCIAIS PACIFICADAS POR CAXIAS

#### 3.5.1 BALAIADA

Desde a segunda metade do século XVIII, o algodão era o fundamental produto de saída do Maranhão, sustentando a economia da província. Devido à concorrência norte-americana, o volume de exportações deste produto sofreu uma queda considerável. Aliado a isso, o autoritarismo dos grandes latifundiários gerava insatisfação nas camadas populares que eram obrigadas a se submeterem as suas vontades. Some-se, ainda, o descaso das autoridades civis com a massa trabalhadora, fator contribuinte do aumento da miséria social. Neste contexto de instabilidade teve início a revolta.

Em consequência do forte desequilíbrio que sofre a província e da inopinada desarticulação do poder nos mais afastados municípios, campeiam a falta de ordem, a insegurança pública, a ausência de garantias, criminosamente aproveitadas para as corridas dos cangaceiros e as torpes aventuras dos assassinos e ladrões. (CARVALHO, 1976, p. 70)

O ápice da rebelião se deu no ano de 1839, período em que os balaios tomaram a cidade de Caxias, a segunda em importância no Maranhão. Na ocasião, os rebeldes arranjaram um governo determinando o fim da Guarda Nacional e expulsando os portugueses.

A notícia da aproximação dos negros e dos cangaceiros espalha o pânico na cidade. Parte da população foge apavorada. A tropa de socorro, enviada pelo governo, volta do caminho. É de desespero a situação. Urge resistir de qualquer forma. A Princesa do Sertão não pode ser tomada sem um tiro! Inflama-se o heroísmo maranhense. E começa, então, o cerco à cidade, com a perfídia e a brutalidade características do cangaceiro. (CARVALHO, 1976, p. 72)

Sem abster-se da solicitação do Brasil, Caxias, promovido ao posto de coronel no dia 2 de dezembro de 1839, é nomeado Presidente e Comandante das Armas do Maranhão com a finalidade de gerar uma maior liberdade de ação para pôr o problema em equação. Caxias observou a necessidade de elaboração de um planejamento completo e minucioso antes de iniciar uma ofensiva, uma vez que a luta apresentava

condições particulares que não seguiam os padrões da guerra regular, nem mesmo da guerrilha clássica.

Antes de iniciar propriamente seu plano, Caxias, como sempre o fez, opera a concentração de meios na capital. Reúne todos os elementos aproveitáveis da milícia; faz o balanço geral dos recursos de que pode contar com eficiência; procura obter as informações mais aproximadas quanto aos efetivos dos balaies e seus pontos de resistência. Prepara-se, enfim, com a maior segurança para iniciar uma ofensiva que não seja uma aventura. (CARVALHO, 1976, p. 76)

As operações foram organizadas em três colunas que incidiram sobre a província em direções estratégicas. Além disso, Caxias dividiu as forças de perseguição em escalão de ataque e escalão de ocupação para garantir a ininterrupção de empenhos na luta contra os rebeldes. Assim, em passo acelerado a resistência sentiu a pressão de uma força organizada e intensa.

Caxias é abandonada. As forças legais ocupam a cidade. Está em ruínas. Só três prédios são respeitados pelos rebeldes. Continuam insistentes tiroteios e lutas corpo a corpo, em cujos selvagens pugilatos os cangaceiros põem a prova as suas qualidades elásticas de agilidade e astúcia e o furor de seus ímpetos sanguinários. Vão sendo retomadas todas as localidades e vencidos os seus bárbaros dominadores, que fogem e se dispersam na fronteira do Piauí. (CARVALHO, 1976, p. 77)



**Figura 2** - Campanha da Balaiada

Fonte: Website do Exército Brasileiro

As perseguições continuaram nos meses subsequentes apresentando excelentes resultados com resistências desfeitas e líderes rebeldes presos e mortos. Caxias, mostrando toda a sua destreza e experiência fez uso de “uma tática astuciosa para poupar as suas forças: indulta-os e incumbe-os de perseguir os outros. ” (CARVALHO, 1976, p.78)

Com a declaração da maioria de Pedro II e sua conseqüente ascensão ao trono, ocorre uma mudança radical no cenário político do Maranhão: Cabanos e Bentivis se unem em torno da ideia comum de apoio ao novo imperador. Realizando uma leitura oportuna do momento, Caxias de forma competente aproveita a situação e publica a anistia concedida pelo imperador. “Com esses últimos retoques de tolerância e generosidade, está a findar-se o mais terrível quadro das insurreições populares no Brasil. ” (CARVALHO, 1976, p.78)

O Coronel Luiz Alves de Lima, Presidente e Comandante das Armas do Maranhão e Comandante do Exército Pacificador, anuncia ao País a pacificação da província e de suas fronteiras, dando por finda a sua missão em 1º de janeiro de 1841. (CARVALHO, 1976, p. 81)

### 3.5.2 REVOLUÇÃO FARROUPILHA

Com dez anos de duração, esta foi a revolução mais longa e importante do período regencial. Esta constância é atribuída há vários fatores, dentre os quais destacamos como mais relevantes as dificuldades econômicas (pagamento de impostos e taxas ao governo imperial), a união coesa entre os fazendeiros de gado, a distância em relação ao Rio de Janeiro e o caráter militarizado da população do Rio Grande do Sul.

Ao compararmos a Guerra dos Farrapos com a Balaiada, notamos uma diferença acentuada. A Farroupilha sempre esteve sob o comando da classe dominante do Rio Grande do Sul. Apesar da participação popular, a massa jamais desassociou dessa direção e aparelhou sua própria ação.

A principal insatisfação dos gaúchos era em relação aos baixos impostos e taxas alfandegárias cobradas de produtos estrangeiros, sobretudo o charque platino (Uruguai e Argentina). Como a região sul era a principal fornecedora desse produto para as demais províncias do país, viu-se prejudicada pela política comercial internacional do império.

Em 1835, contrapondo a política tributária e a centralização do governo imperial, teve início a revolução comandada por Bento Gonçalves. Porto Alegre foi

ocupada e o governador derrubado. Já no ano seguinte os rebeldes proclamaram a República de Piratini. Nesse momento, as intenções do movimento sofreram uma mudança. Diferente do início, agora a luta visava a separação do império.

Em 1839, com o apoio do italiano Giuseppe Garibaldi, os insurgentes atacaram Santa Catarina onde proclamaram a República Catarinense ou Juliana. Era o auge do movimento.

A atuação de Caxias na pacificação da Revolução Farroupilha começa em 1842 com sua nomeação simultânea a Presidente da Província e Comandante das Armas. Nota-se que era mister que estas funções estivessem unidas a fim de restaurar a ordem civil e o sucesso no campo bélico de forma mais harmônica possível.

Designado para essas funções, em Porto Alegre, Caxias faz um pedido aos rio-grandenses:

Rio-grandenses! Sua Majestade, o Imperador, confiando-me a presidencia e comando em chefe do bravo exército brasileiro, recomendou-me que restabelecesse a paz nesta Provincia do Império, como restabeleci no Maranhão, em São Paulo e em Minas; a Divina Providência, que de mim tem feito um instrumento de paz para a terra em que nasci, fará que eu possa satisfazer os ardentes desejos do magnânimo monarca e do Brasil todo. Rio-grandenses! Segui-me, ajudae-me, e a paz coroará os nossos esforços. (CARVALHO, 1976, p. 135)

Como se deu no Maranhão durante as campanhas da Balaiada, Caxias antes de iniciar as operações ofensivas com sua força, estabelece uma fase cuidadosa de preparação e planejamento. Dotado das qualidades de um exímio chefe militar, Caxias entendia que não podia abrir mão de excelentes condições materiais, sob pena de não obter sucesso nas suas ações.

Muito a seu feito, Caxias, antes de desencadear a ação ofensiva das suas forças, precede-a de uma fase de meticulosa preparação. Não quer, como Frederico Guilherme I, que falte um botão no uniforme dos seus soldados. Só depois de atendidas todas as condições materiais de sucesso, é que se lança no encalço do inimigo, e, então, com incrível rapidez. Assim o fez no Maranhão, em S. Paulo e Minas. Mais tarde a Dezembrada, na Guerra do Paraguai, será em grande estilo a mais completa glorificação desse método de vencer. (CARVALHO, 1976, p. 135)

No Maranhão, Caxias utilizou uma tática que dera muito certo que se tratava de colocar um dos líderes rebeldes contra os outros. Astuciosamente, diante da



experiência vitoriosa da Balaiada, a tática seria repetida e Bento Manuel foi o nome escolhido.

Caxias joga sempre com o conhecimento psicológico do adversário. Bento Manuel forma a seu lado. Reorganizadas as forças imperiais, resolvido o problema do cavalo e tendo às suas ordens o bravo guerrilheiro, o Barão julga-se apto a iniciar suas operações. (CARVALHO, 1976, p. 139)

Em fevereiro de 1843, Caxias termina de aparelhar seu exército. Como de costume, o organiza em três divisões, perfazendo um total de oito brigadas e sete mil homens.

A técnica do caudilhismo, largamente empregada pelos rebeldes, desaconselhava o encontro das tropas num campo de batalha de forma regular. A surpresa deveria ser sempre procurada.

Estava faltando na nervosa corrida pelas coxilhas o acontecimento característico da luta caudilhesca: - a surpresa. E essa vai verificar-se, e de forma brutal, estupefaciente, pelos mestres dessa tática especial na campanha gaúcha: - os farrapos. (CARVALHO, 1976, p. 142)

Nesse escopo, as tropas republicanas marcham até Bagé e São Gabriel, local de estacionamento do exército imperial, e utilizando-se do elemento surpresa destroem o local e apreendem toda a cavalaria. Ao tomar ciência do ocorrido, Caxias retorna a São Gabriel.

Após isso, o exército republicano passou a somar diversos reveses. O primeiro deles foi no combate de Ponche Verde, ocasião em que Bento Manuel repeliu os revoltosos mesmo estando em menor número. A incursão sobre Alegrete também foi repelida pelo coronel Arruda que não se entregou ao embuste de Devid Canabarro. Some-se ainda o belo feito das tropas de Caxias no combate da Gruta Maria Chica, no qual Francisco Pedro resiste ao desigual encontro com o inimigo. Assim, o ano de 1843 termina em vitória para Caxias e suas forças.

O exército republicano, não podendo quebrar a resistência adversária, renuncia os empreendimentos de maior envergadura e contenta-se com incursões rápidas, surtidas inesperadas, visando muitas vezes ao arrebanho da cavalaria. (CARVALHO, 1976, p. 147)

Nesse ambiente todo favorável às forças imperiais, todos os chefes gaúchos se inclinam para a paz e estão convencidos ser inútil prosseguir nas operações. “A república farroupilha vê encerrado o ciclo relampejante da sua glória. A capital passara

de Piratini para Alegrete, Caçapava, e volta a ser novamente Piratini, onde nasce e morre a república...” (CARVALHO, 1976, p.150)

Assim, após as negociações sintetizadas na Paz de Ponche Verde, que estabelecia a anistia para ambos os lados além de outras medidas, Caxias anunciava o fim da guerra civil que assolou o Rio Grande do Sul por dez anos e declarava pacificada a província.

E esse general pode, ao regressar da áspera campanha gaúcha, apresentar a Pátria, de novo fortalecida na sua unidade, e generosamente salva das dissensões e secessões a que esteve arrastada – o Brasil novamente unido, o Brasil integral. (CARVALHO, 1976, p. 154)

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Antes de abordar as considerações finais, cabe recordar o problema que conduziu este trabalho: Por que a atuação de Caxias no período regencial pode ser considerada crucial para a manutenção da integridade do território nacional?

A revisão da literatura possibilitou concluir que as revoltas ocorridas no período regencial apenas são compreendidas quando se é feita uma análise do contexto que as antecederam.

O Brasil, ainda colônia, passaria por diversas mudanças nos campos político, econômico e social com a vinda da família real portuguesa em 1808. Se por um lado o governo joanino impulsionou a independência do Brasil dando fim ao pacto colonial, por outro gerou grandes descontentamentos nas diversas camadas da população. Some-se a isso, a incoerência das cortes portuguesas que pregavam o liberalismo em terras portuguesas, porém intencionavam manter o Brasil subjugado, reativando a relação metrópole e colônia.

Neste cenário de governos impopulares e medidas econômicas que sufocavam as províncias, tem início o período regencial que foi caracterizado por uma intensa movimentação social e política, culminando em revoltas.

Porém, não é ponderado que tenhamos a visão clássica da existência de dois lados, o bem e o mal. É aceitável a crença que ambas as partes tinham razões. Existiam ideais legítimos, inéditos, que buscavam oportunidades recusadas por grupos dominantes do poder.

Essa leitura não ortodoxa da situação foi a chave do sucesso para Caxias como pacificador. As partes em conflito não eram vistas como inimigas, mas todos eram

considerados brasileiros consanguíneos, por hora possuidores de divergências agudas.

Balizado por este sentimento de afinidade, Caxias buscou as soluções mais adequadas para pôr fim as revoltas do período regencial. Mostrando-se possuidor de um pensamento a frente do seu tempo, suas ações foram cruciais para a manutenção da integridade do território nacional.

O legado de Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, permanece vivo no ideário dos soldados do Exército Brasileiro como um exemplo a ser seguido e suas ações inspiram os militares do passado, presente e futuro e como Patrono do Exército Brasileiro teve seu invicto nome imortalizado.

## REFERÊNCIAS

- SILVA, Francisco de Assis. **História do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2002.
- CAMPOS, Raymundo. **História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Atual, 1991.
- CAMPOS, Raymundo. **História da América**. 2. ed. São Paulo: Atual, 1992.
- BENTO, Cláudio Moreira. **Caxias e a Unidade Nacional**. 1. ed. Porto Alegre: Genesis, 2003.
- Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasil, 2012.
- Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, 2012.
- PILLAR, Olyntho. **Os Patronos das Forças Armadas**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966.
- \_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 51.429, de 13 de março de 1962. **Institui e homologa a escolha de Patronos do Exército, das Armas, dos Serviços e do Magistério Militar**. Rio de Janeiro, RJ, Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-51429-13-marco-1962-391353-retificacao-41468-pe.html>>. Acesso em: 30 jul. 2019.
- CARVALHO, Affonso de. **Caxias**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1976.
- COSTA, Virgílio Pereira da Silva. **A vida dos grandes brasileiros: Duque de Caxias**. Rio de Janeiro: Três, 1974.
- MORAES, E. Vilhena de. **O duque de ferro: Novos aspectos da figura de Caxias**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003.
- BRASIL. Exército. **EB70-MC-10.238: Logística Militar Terrestre**. 1. ed. Brasília, DF, 2018.
- RAPOSO FILHO, Amerino. **Caxias e nossa doutrina militar**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1959.
- BRASIL. EXÉRCITO BRASILEIRO. . **A Balaiada no Maranhão**. Disponível em: <[https://www.eb.mil.br/patronos/-/asset\\_publisher/DJfoSfZcKPxu/content/a-balaiada-no-maranhao-1838-1840?inheritRedirect=false](https://www.eb.mil.br/patronos/-/asset_publisher/DJfoSfZcKPxu/content/a-balaiada-no-maranhao-1838-1840?inheritRedirect=false)>. Acesso em: 25 ago. 2019.
- RIO DE JANEIRO. MULTIRIO. . **Revoltas no Norte**. Disponível em: <[http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo02/rev\\_norte.html](http://www.multirio.rj.gov.br/historia/modulo02/rev_norte.html)>. Acesso em: 25 ago. 2019.